

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA DIVERSIDADE

Eliane Fernandes Gadelha Alves

PPGE/Universidade Federal de Campina Grande (elianegadelhaalves@bol.com.br)

Mirtes Aparecida Almeida Sousa

PPGE/Universidade Federal de Campina Grande (mirtes222@hotmail.com)

Dr. Dorivaldo Alves Salustiano

PPGE/Universidade Federal de Campina Grande (dorivaldo.salustiano@gmail.com)

Resumo

A formação docente no contexto da diversidade pode contribuir para discussão e ressignificação curricular, pois os cursos de formação inicial e continuada se constituem como elemento potencializador de práticas educativas dialógicas, que reconheçam os sujeitos diversos (ARROYO, 2008) no âmbito escolar e, sobretudo, que produzam novos saberes, concepções e práticas. A escola, por ser um espaço diverso, convida-nos a refletir sobre o reconhecimento e a valorização das diferenças. Entretanto, essa discussão tem se pautado por uma perspectiva retórica em vários âmbitos institucionais, midiáticos e nos documentos oficiais, frequentemente desprovida de questionamentos sobre as estruturas de poder. Sendo assim, é necessário que a abordagem da diversidade na educação se efetive mediante a problematização dessas estruturas que, segundo nosso entendimento, estão na base da invisibilidade dos diversos coletivos (ABRAMOWICZ, RODRIGUES, 2011; FREIRE, 2013). Partindo desse pressuposto, faz-se necessário romper com concepções excludentes, disseminadas nas nossas políticas curriculares, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que estabelece como legítimo e socialmente aceitável a disseminação de um padrão único de conhecimento e de cultura, desconsiderando a pluralidade de sujeitos e suas singularidades. Este trabalho é parte de uma revisão bibliográfica que objetiva identificar concepções de diversidade no processo da formação do professor. Evidencia como a predominância de uma abordagem universalista na literatura e nos documentos oficiais contribui para o silenciamento dos sujeitos diversos.

Palavras-chave: Diversidade, BNCC, formação docente, práticas educativas.

1. Introdução

Relações de poder, condições políticas, econômicas e socioculturais constituem o campo de forças que impulsionam as mudanças mais significativas na educação, fomentando e estabelecendo leis e políticas educacionais, resultando em avanços e recuos, movimentos que se dão num contexto dinâmico, não linear, permeado de tensões, conflitos de interesses e disputas ideológicas. Assim, as políticas de formação docente no Brasil atual expressam os resultados dessas influências, fazendo-se sentir em todos os níveis do sistema educacional.

Nesse sentido, no que diz respeito à política educacional curricular e às perspectivas para a formação docente, temos, atualmente, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, um

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

documento de caráter político e normatizador que se constitui como referência para a construção dos currículos em âmbito nacional. A BNCC é determinante por pretender unificar o que as escolas devem ensinar, focando nos conhecimentos considerados essenciais, os quais todos os alunos devem aprender.

Neste contexto, consideramos relevante problematizar a forma como a noção de diversidade foi abordada neste documento normatizador, ao valorizar um conhecimento universal em detrimento dos conhecimentos diversos, considerando, sobretudo, as diferenças existentes entre a população brasileira (BARROS, 2016), um país de dimensão continental, que congrega diversas culturas, etnias, crenças, porém nem sempre visibilizadas nos aspectos educacionais, principalmente no currículo formal.

Dessa forma, a discussão acerca da formação docente na perspectiva da diversidade configura-se como indissociável desse contexto, uma vez que os coletivos diversos, sujeitos históricos, socialmente invisibilizados e silenciados no tecido social e educacional, imprimem suas marcas na história através dos movimentos sociais, das lutas, resistências, reivindicações, denúncia de discriminação e preconceitos e, sobretudo, na conquista e garantia dos direitos sociais, incluindo a educação.

Entretanto, o sistema educacional, especificamente a escola, tem produzido práticas discriminatórias e de exclusão a partir de políticas educacionais e de um currículo homogeneizador que desconsidera a diversidade dos sujeitos. (MOEHLECKE, 2009; ABRAMOWICZ, RODRIGUES; CRUZ, 2011; FREIRE, 2013; ARROYO (2016).

A formação docente insere-se nessa discussão como possibilidade de questionar e problematizar essa situação, a fim de produzir novas concepções e práticas educativas. Assim, os cursos de formação inicial e continuada necessitam de outra perspectiva, uma nova reconfiguração, no sentido de trazer à tona abordagens que discutam questões de diferenças, desigualdades, estereótipos e preconceitos sobre os coletivos diversos.

2. Metodologia

A metodologia do nosso estudo consistiu em uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo (MOREIRA; CALEFFE, 2008, MARTINS; THEÓPHILO, 2007) de textos e artigos científicos que enfocam as abordagens da diversidade na formação docente e nas atuais políticas educacionais brasileiras.

A opção pela pesquisa qualitativa se dá pelo fato de sua aproximação a uma realidade subjetiva, em que os significados, as concepções, os motivos, as crenças podem ser analisadas e interpretadas a partir de um determinado contexto, conforme a perspectiva de Minayo (2008) e Moreira e Caleffe (2008).

Nesse sentido, a revisão bibliográfica nos possibilita conhecer um determinado assunto a partir da perspectiva de vários autores. Martins e Theóphilo (2007, p. 54) salientam que uma pesquisa bibliográfica “procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc”.

3. Resultados e discussão

3.1. Reconhecimentos e ocultamentos no debate atual sobre diversidade

Nas últimas décadas, a discussão sobre diversidade no campo da educação tornou-se bastante recorrente em artigos, livros, dissertações e teses, além de publicações oficiais do governo federal, de modo que as conceituações e concepções em discussão traduzem diferentes posicionamentos, tornando-se um campo permeado de tensões e disputas teóricas.

Podemos perceber, entretanto, e isso é consenso entre vários autores, que a forma como esse tema tem sido abordado em livros didáticos, na literatura infanto-juvenil, nas mídias, nas políticas educacionais, nos projetos governamentais, em projetos didáticos escolares tem gerado um ocultamento das relações de poder e posicionamentos ideológicos e, conseqüentemente, contribuído para a solidificação das desigualdades no interior das relações sociais e na escola (MOEHLECKE 2009; ABRAMOWICZ, RODRIGUES E CRUZ, 2011; GOMES, 2012).

A sociedade capitalista e sua política neoliberal tem se apropriado e celebrado a diversidade como um instrumento de maximização do capital, como uma estratégia ideológica que lança mão dessa abordagem para executar os propósitos que lhes asseguram o fortalecimento do poder hegemônico, acentuando, desta forma, a desigualdade, como destaca Dorziat (2010, p. 92):

São utilizadas estratégias subliminares, apropriando-se do discurso de valorização das diferenças, do interesse pelas culturas locais; [...] com o intuito de mercantilização, de lucro, que tem por base práticas competitivas, individualistas e padronizadas.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

A forma como a diversidade tem sido evidenciado na agenda política e nos organismos internacionais pressupõe um esvaziamento da força política, fragilizando os movimentos sociais e silenciando as lutas. É uma forma de conter a resistência, assumindo uma concepção universalista da diversidade (ABRAMOWICZ, RODRIGUES E CRUZ, 2011), na qual o discurso da tolerância, empatia e apaziguamento das relações sociais são apresentados em documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), no discurso da UNESCO (1990), a atualmente na BNCC (2017).

O avanço da diversidade ganhou força principalmente a partir dos anos de 1980 e 1990, fruto de muitas lutas e reivindicações por parte de educadores e militantes ligados aos movimentos sociais (negros, indígenas, feministas e outros), em prol da garantia dos seus direitos sociais e na denúncia de atitudes e posicionamentos discriminatórios e racistas presentes no âmbito social e educacional. Abramowicz, Rodrigues e Cruz (2011, p. 89) reforçam esta ideia quando afirmam que as

denúncias, propostas e experiências educacionais desenvolvidas pelos movimentos sociais trouxeram o questionamento do discurso e da prática homogeneizadora, que desprezam as singularidades e as pluralidades existentes entre os diferentes sujeitos presentes no cotidiano escolar.

As lutas e movimentos foram instrumentos importantes no sentido de trazer à tona discussões no contexto social e escolar sobre cultura, diversidade, pluralidade cultural, temas até então pouco discutidos nos debates sociais, políticos e educacionais. Gomes (2012, p. 688) aponta que

Eles [os coletivos diversos] reivindicam que a educação considere, nos seus níveis, etapas e modalidades, a relação entre desigualdades e diversidade. Indagam o caráter perverso do capitalismo de acirrar não só as desigualdades no plano econômico, mas também de tratar de forma desigual e inferiorizante os coletivos sociais, considerados diversos no decorrer da história.

Nesse período, vislumbramos uma abertura mais significativa no cenário educacional, na produção científica, em estudos e investigações que contemplem os diversos coletivos e suas especificidades, que trouxeram implicações importantes para a formação docente. Assistimos ao surgimento de programas de pós-graduação voltados para o contexto da diversidade, um número significativo de Grupos de Trabalhos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPED, que versavam sobre temas da diversidade étnico-racial,

movimentos sociais, educação do campo, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação especial, dentre outros, sinalizando um novo olhar para os coletivos diversos.

O processo de redemocratização do Brasil, principalmente a partir de 1980, trouxe muitas conquistas que levaram em conta os direitos sociais dos diversos sujeitos. Algumas leis, documentos e programas importantes fortaleceram estas conquistas, a exemplo da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96, da Lei nº 11.645/08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Nos últimos anos também temos vistos avanços nas questões que dizem respeito à educação especial, a educação de jovens e adultos, e a educação dos povos indígena. Além disso, o Ministério da Educação – MEC produziu os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1997), documento norteador da prática educativa, que traz a pluralidade cultural como tema transversal e que, a despeito de suas limitações e contradições, contribuiu para as discussões da diversidade na escola.

Atualmente, no que diz respeito à política educacional curricular, temos a proposta da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que propõe adequações no currículo nacional para determinar os conhecimentos que todos devem aprender. Sendo assim, o documento da BNCC é determinante por pretender unificar o que as escolas devem ensinar. Além disso, a Base Nacional valoriza um certo conhecimento universal em detrimento dos conhecimentos diversos. Em consequência desta situação, a parte diversificada fica à margem do currículo e pode ser considerada um saber menos “importante” ou de menor “validade”.

A BNCC apresenta uma proposta universalista de currículo, cujo conteúdo homogeneizador do documento traduz uma concepção de educação que desconsidera a heterogeneidade dos sujeitos, as diversas culturas, as diferentes concepções de vida, de linguagens, de aprendizagens, entre outros aspectos.

Ressaltamos que os organismos internacionais, principais influenciadores de políticas educacionais na América Latina, incluindo países em desenvolvimento como o Brasil, através da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e da Organização das Nações Unidas - ONU, buscam responder à demanda da diversidade na perspectiva da conciliação e da inexistência do conflito, levando ao âmbito educacional projetos de cultura de paz nas escolas, da não violência, de empatia e tolerância às diferenças “afirmando que o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima

de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais” (UNESCO, 2002, p.1).

Entretanto, se estabelece uma grande contradição, uma vez que os organismos internacionais, sob a liderança do Banco Mundial, representam os interesses da elite, dos grandes grupos empresariais internacionais e não estão a favor dos movimentos sociais protagonizados pelos sujeitos diversos. Além disso, esses projetos se mostram ineficazes, uma vez que estão pautados apenas no nível do discurso, da retórica e da denúncia das injustiças. Demandam políticas de inclusão, no entanto, atendem ao sistema capitalista de produção, enfatizam em seus discursos a tolerância, a cultura de paz, o diálogo entre os povos, com o fim último de apaziguamento das diferenças e ocultação das desigualdades.

Destacamos que na área da educação, os esforços precisam ser empreendidos no sentido de fomento às políticas públicas e sociais que, de fato, contemplem os coletivos diversos, possibilitando o acesso e apropriação dos bens culturais e sociais que os façam viver dignamente como sujeitos de direitos.

3.2 Diversidade e Formação Docente

A escola constitui-se como um espaço propício para o exercício da diversidade, pois nela deparamo-nos com um sujeito heterogêneo, que carrega sua história, seus valores e subjetividades. Estas condições favorecem questionamentos para a formação do professor e sua prática educativa, no sentido de uma ressignificação curricular, de concepções, de um novo olhar sobre a diversidade.

Entretanto, é perceptível as dificuldades enfrentadas pelos professores ao conviverem com as expressões da diversidade de sua sala de aula. Observamos um distanciamento e ideias preconcebidas, atribuição de estereótipos e rótulos sobre aqueles alunos que estão fora dos padrões estabelecidos pela classe dominante. Essas marcas distintivas e os estereótipos produzem efeitos nefastos para a vida do aluno, resultando, muitas vezes, em obstáculos para o seu processo de aprendizagem.

Reeducar o olhar para a diversidade não é uma tarefa fácil, pelo contrário, é sempre tensa, uma vez que implica desconstruir representações sobre os diversos, impregnadas nas mentes, presentes nas práticas e currículos, muitas vezes de forma velada, “permeando as estruturas, as lógicas e os valores constituintes do sistema escolar, da academia, do ensino, da pesquisa e da

extensão, das avaliações e do currículo. Da própria relação pedagógica” (ARROYO, 2008. p.16).

A partir desse pressuposto, reiteramos que a abordagem da diversidade se constitui como um tema central, para pensar o currículo, a formação docente, a prática pedagógica. A docência, nesse contexto, reveste-se de singular importância ao problematizar as estruturas de poder, de modo que sua abordagem precisa encontrar eco nos cursos de formação inicial e continuada, a fim de ressignificar as concepções de conhecimento, de ensino-aprendizagem, de sujeito, para que possamos vislumbrar práticas educacionais voltadas para a valorização e respeito às diferenças, sobretudo, práticas que levantem o questionamento e a problematização das estruturas de poder, e que desafiem os estereótipos e as atitudes discriminatórias e preconceituosas existentes no contexto escolar através do currículo, projetos, programas, avaliações e das ações educativas.

Como transcender? De que forma a escola pode construir novos horizontes, novos olhares para os coletivos diversos? De que os professores precisam para que protagonizem projetos e práticas educativas que rompam com o silenciamento, os estereótipos, os estigmas, ainda fortemente presentes no contexto escolar? De que forma o currículo pode contemplar a diversidade, incorporando as histórias e culturas dos diversos grupos sociais?

A formação dos professores na atualidade precisa passar por mudanças significativas, superando o modelo fragmentado e homogeneizador que por várias décadas vigorou e ainda vigora nos nossos cursos de formação, desconsiderando o sujeito em sua formação omnilateral, isto é, capaz de criar, transformar, pensar criticamente e intervir no curso de sua história. Ainda continuamos formando pessoas para as demandas mercadológicas, ou seja, em vez da formação de cidadãos como sujeitos de direitos, proporcionamos a preparação de força de trabalho que corresponda às demandas sociais, políticas e econômicas, de modo que os programas curriculares e as práticas a elas subjacentes seguem na direção da homogeneização dos saberes. Arroyo (2008) denuncia este tipo de formação generalista e utilitária ao afirmar que

A formação de docentes-educadores para o trato da diversidade se defronta no sistema escolar e na academia com concepções generalistas, únicas de ser humano, de cidadania, de história e de progresso, de racionalidade, de ciência e de conhecimento, de formação e de docência. (ARROYO, 2008, p.17).

A formação docente para o contexto da diversidade pode ser vislumbrada como um elemento importante no sentido de desconstruir visões e representações estereotipadas e

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

inferiorizantes sobre os coletivos diversos, que ao lutarem por seus direitos à educação básica e superior, desejam ser vistos e respeitados em suas singularidades, sua cultura, seus saberes; que sejam reconhecidos e valorizados. Concordamos com Arroyo (2008, p. 22) quando destaca que,

os cursos podem ser um espaço privilegiado para reeducar as instituições escolares e acadêmicas e seus docentes e gestores sobre as preconceituosas representações da diversidade antes excluída e que agora pressiona pelo acesso e permanência.

A discussão da diversidade transcende os muros da escola. Constitui um debate a nível mais amplo, em proporções mundiais, especificamente quando nos defrontamos com realidades desumanas, discriminatórias e excludentes de comunidades e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Numa sociedade estratificada e desigual como a nossa, são os interesses de classe que definem os rumos da história: as leis, as reformas, as políticas educacionais e o currículo, passam a ser elementos utilizados pela classe dominante para manter seus interesses e ampliar, ainda mais, seus domínios. Daí a importância do papel da docência, no sentido de construir espaço de discussão, de problematização das estruturas de poder, na construção de pedagogias críticas que conduzam os educandos à emancipação e conscientização dos seus direitos e, sobretudo, ao combate às atitudes discriminatórias e segregativas presentes nas práticas escolares.

Dentro desta mesma abordagem, Freire (2013), advoga por uma educação emancipatória, problematizadora, libertadora, valorizadora das experiências, memórias e saberes dos diversos sujeitos, concebidos como construtores de sua própria história. O papel da docência, neste caso, se faz imprescindível à problematização das estruturas de poder, à conscientização de classe. Nesse sentido, a escola se constitui, também, como um lugar contra-hegemônico, na medida em que o professor em sua prática educativa se coloque como um “transgressor”, que caminhe na direção da emancipação, na formação de sujeitos que não se conformam com normas capazes de calar suas ideias, suas vozes, subalternizá-los (MOREIRA, 2016).

Portanto, ao falar sobre diversidade precisamos considerar a formação docente, indagar os cursos de formação inicial, seu currículo, a fim de que tenhamos professores cujos olhares e posturas frente à diversidade se invistam de um novo significado, cuja práxis esteja voltada para a construção de espaços emancipatórios e de desconstrução de paradigmas homogeneizadores, classificatórios e excludentes. A formação do professor, seja ela inicial ou continuada, é um

(83) 3322.3222

elemento potencializador para discutir questões de desigualdades, estereótipos, preconceitos sobre os coletivos diversos. Espaço de reflexão, embora tenso, conflituoso, mas importante no delineamento de ações e de construção de um outro olhar para a diversidade.

4. Considerações finais

De acordo com o que observamos na sociedade contemporânea, a temática da diversidade ganhou um importante espaço de discussão em nível nacional e internacional nos últimos anos. As políticas educacionais foram inseridas em transformações, mediante a alteração da legislação educacional brasileira, que incluiu em sua perspectiva curricular o ensino da história e da cultura de sujeitos diversos, como os negros e indígenas, que foram durante muito tempo invisibilizados nas relações sociais. Tal situação significou um avanço para a educação do nosso país, no entanto, se faz necessário que a formação oferecida aos professores também acompanhe o ritmo das mudanças ocorridas no mundo.

Além disso, percebemos a importância e os impactos curriculares que um documento como a BNCC pode promover na escola. Por isso, é preciso que os docentes compreendam de forma crítica as intencionalidades da perspectiva curricular do governo brasileiro para que possam realizar uma prática pedagógica reflexiva. Dessa forma, é necessário identificar a concepção universalista e uniforme da BNCC que coloca em xeque as diferentes culturas, os diferentes saberes e, sobretudo, legitima um padrão de conhecimento definido como válido socialmente em detrimento de outros saberes. Esse posicionamento traz grandes indagações quando consideramos os sujeitos diversos que fazem parte da nossa sociedade.

Portanto, a discussão da diversidade precisa sair do âmbito da retórica, desprovida de problematização, como temos observado em vários âmbitos e no discurso oficial do governo brasileiro e dos organismos internacionais. Reafirmamos, nessa discussão, a importância ímpar da formação inicial e continuada dos professores no delineamento de ações e propostas para o contexto da diversidade, no sentido de trazer à tona abordagens que discutam questões sociais, econômicas e culturais, desafiando as desigualdades, os estereótipos e os preconceitos relacionados aos coletivos diversos.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; Rodrigues, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. **A diferença e a diversidade na educação**. Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, Departamento de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.2. p.85-97.

Disponível em <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/download/38/20>. Acesso em: 19 de nov. de 2016.

ARROYO, Miguel G. Os coletivos diversos repolitizam a formação. In: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; LEÃO, Geraldo (orgs.). **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 11-36.

BARROS, José D'Assunção. Igualdade e diferença: construções históricas e imaginárias em torno da desigualdade humana. Petrópolis, RJ: vozes, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em: 19 de novembro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

BRASIL. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 19 de julho de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. 3 ed. Brasília: MEC/ SEF, 2001. BRASIL. Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

BRASIL. **Lei 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 03 de agosto 2017.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; LEÃO, Geraldo. Apresentação. In: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; LEÃO, Geraldo (orgs.). **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 7-10.

DORZIAT, Ana. Implicações da globalização na política de inclusão escolar: reflexões para além de inclusão enquanto inserção física. In: **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, v.18/19, n.1/2, p. 88-113, jan.-dez. 2009/2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOMES, Nilma Lino (Org.) Apresentação: Desigualdades e diversidade na educação. In: **Revista Educação e Sociedade**. vol. 33, n. 120, Campinas, jul.- set. 2012, p. 687-693.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MOEHLECKE, Sabrina. **As políticas de diversidade na educação no governo Lula.** Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 24 de julho de 2017.

MOREIRA, Antônio Flávio e SILVA JÚNIOR, Paulo Melgaço da. **Currículo, Transgressão e Diálogo:** quando Outras Possibilidades se tornam necessárias. Revista Tempos e Espaços em Educação, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 9, n. 18, p. 45-54, jan./abr. 2016.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos.** Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acesso em 24 de julho de 2017.